

Glenn - Brasil

JORNAL DO BRASIL

JORNAL DO BRASIL

# Tudo pelo social

25 SET 1968

Barbosa Lima Sobrinho

**N**inguém deve esperar, do projeto de reforma do imposto sobre a renda, qualquer providência que venha aliviar a situação da classe média, sobretudo a do assalariado, que continuará exposto e desarmado, nas declarações do empregador, que não tem nenhum interesse em sonegar, ou esquecer os pagamentos que está fazendo. Razão pela qual o contribuinte fica à mercê do fisco, para taxá-lo à vontade e poder, assim, vangloriar-se da eficiência da arrecadação dos impostos, conquistando a confiança e os louvores dos responsáveis pela administração pública que, naturalmente, não têm preocupação maior do que a do crescimento de suas receitas. Não há outro recurso para a defesa do contribuinte do que valer-se das deduções, das deduções que agora se deseja extinguir.

Nunca pude entender, por exemplo, que houvesse limites para a dedução das despesas escolares, que deveriam ser comprovadas pelos recibos dos estabelecimentos de ensino, para que fossem atendidos na sua totalidade. Qualquer restrição que se fizesse passaria a valer como desserviço à educação, criando problemas para os orçamentos particulares, como se coubesse aos pais fazer despesas que deveriam caber aos próprios governos, que as deveriam incluir entre os seus objetivos prioritários. Se os recibos dos estabelecimentos de ensino não inspirassem confiança, seria o caso para uma rigorosa fiscalização do Ministério da Educação.

Mais grave do que tudo, é a extinção da dedução dos donativos. A situação dos estabelecimentos de caridade já é precária, com o aumento do salário mínimo, que atinge grande parte de seus empregados. É claro que não condeno essa majoração de um salário que, apesar desses reajustamentos, continua miserável. Mas o certo é que a situação orçamentária dessas instituições continua insuficiente, para cobrir os gastos de todos os dias, sobretudo com a alimentação, que excede a todos os cálculos e a todas as previsões. Parte da receita dessas instituições é coberta pelas doações estimuladas pela possibilidade de se converterem em deduções do imposto sobre a renda, que agora as elimina no projeto em estudos. Se desaparece essa dedução, qual será a situação efetiva das casas de caridade? Será que se fez algum estudo a esse respeito? E já se imaginou o que fazer, se elas resolverem desfazer-se dosasilados a que dão assistência?

Já não é fácil a situação de todas elas, castigadas por essa desumana inflação que, de algum modo, se equipara a esse furacão Gilbert, que acaba de varrer tantas regiões do Caribe e dos litorais do México e dos Estados Unidos. Não é nenhum favor transformar esses donativos em deduções, como um meio de atrair os particulares para que façam despesas que, na essência, deveriam caber ao próprio Estado. É uma forma de cooperação que deve ser estimulada, e não suprimida, no interesse da coisa pública. Sobretudo quando se sabe, de antemão, que o Estado, pelas suas dificuldades financeiras, não virá em socorro desses estabelecimentos de caridade, com a dupla intransigente e inflexível que comanda as finanças do erário. Entendem eles que cada entidade deve resolver os problemas que as afligem, sem se deterem na consideração que tudo isso corre por conta de uma inflação que não chegaram a promover e que, na sua violência, não deseja poupar ninguém.

Como já está acontecendo com a Prefeitura do Rio de Janeiro, ainda sob os efeitos de uma fusão que não chegou a desejar, quando surgiu sob as recomendações de uma geopolítica que ninguém entendia. Nem há que acusar o prefeito Saturnino Braga, de honestidade proverbial, de ter pecado por imprevidência. Nem ele, nem ninguém, poderia prever os altos custos criados pela inflação. Os reajustamentos de vencimentos surgiram comandados de cima, pelas autoridades federais. Não terá ela concorrido para que todo o Brasil esteja vivendo uma

situação de calamidade pública? Já imaginaram as autoridades federais que venham a fechar os hospitais da cidade, como já está acontecendo com o Miguel Couto, justamente famoso pela sua eficiência e pela competência de seu corpo clínico? E se entram em colapso outros serviços da municipalidade, não creio que se mantenha impassível o presidente da República, com o seu programa de "tudo pelo social". Será que não está prejudicada a merenda escolar, de tanta utilidade nas condições em que vive o Brasil? Sobretudo num momento em que os cofres estão abertos para os bancos internacionais, muito embora o restabelecimento do pagamento da dívida externa esteja a exigir a emissão de cédulas ou de títulos públicos, num montante avaliado em cinco trilhões de cruzados. Embora só se fale nos gastos com o funcionalismo público, num momento em que as emissões para o pagamento da dívida externa estão a exigir, da Casa da Moeda, um trabalho redobrado, para atender às ordens das autoridades financeiras. Não seria o caso de divulgar de que modo, e para que fins, está aumentando a base monetária, para situar a percentagem da dívida externa no processo inflacionário, que sufoca e martiriza o país. Para que todo povo saiba o que deve aos diferentes Ministros do Planejamento ou da Fazenda, que concorreram para que a dívida externa passasse dos três bilhões dos tempos do Governo do sr. João Goulart, para os 120 bilhões herdados do período militar, e que, até agora, não fizeram senão crescer.

Não era por outras razões que John Maynard Keynes, recordando Lenine, observava que não havia meio mais sutil, e mais seguro, de subverter a base atual da sociedade, que o de corromper a sua circulação monetária. É um processo que corrói as forças ocultas das leis econômicas, e de tal maneira que, num milhão de homens, talvez não exista um só que o possa prever. E comentando o ódio generalizado contra os aproveitadores da inflação, pergunta Keynes se eles não serão mais uma consequência do que a causa da elevação dos preços. E caberia ainda indagar por que não fazer o confronto dos dois discursos, o da decretação da moratória como um ato de soberania, e o de agora, para a retomada dos pagamentos aos credores estrangeiros. Bastou, para uma modificação tão profunda dos rumos da política financeira, trocar o Ministro Funaro pelo Ministro Mailson da Nóbrega. Tudo tão fácil!